

2ª
EDIÇÃO

Leis Especiais
Comentadas
para Concursos

Gustavo Bregalda Neves,
Kheyder Loyola e Emanuel Rosa

ECA

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Lei Federal nº 8.069/1990, atualizada com:

- LEI Nº 13.431/2017 (sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência)
- LEI Nº 13.436/2017 (direito a acompanhamento e orientação à mãe na amamentação)
- LEI Nº 13.438/2017 (adoção pelo SUS de protocolo que estabeleça padrões para a avaliação de risco para o desenvolvimento psíquico das crianças)
- LEI Nº 13.440/2017 (pena obrigatória de perda de bens e valores em razão da prática do crime previsto no art. 244-A)
- LEI Nº 13.441/2017 (infiltração de agentes de polícia na internet com o fim de investigar crimes contra a dignidade sexual de criança e de adolescente)
- LEI Nº 13.503/2017 (instituto da adoção)

A obra compreende:

- Direitos fundamentais da criança e do adolescente
- Família natural e família substituída
- Guarda e tutela
- Adoção
- Prevenções especiais
- Políticas e entidades de atendimento
- Medidas de proteção
- Atos infracionais – conteúdo e procedimento
- Justiça da Infância e da Juventude
- Perda e suspensão do poder familiar
- Crimes e infrações administrativas

Preparado por
Cleber Masson

 **EDITORA
RIDEEL**

Resumo de Eca Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Federal no 8.069/1990

A Coleção Leis Especiais Comentadas, da Editora Rideel, contempla as principais normas esparsas cobradas pelas bancas examinadoras. Tem como objetivo facilitar os estudos do concursando, pois apresenta legislação atualizada comentada artigo por artigo, jurisprudência dos tribunais superiores, questões de concursos oficiais, questões elaboradas pelos autores, além de mapas mentais que o ajudarão na memorização do conteúdo.

Destaques da edição: Lei No 13.431/2017 (sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência) Lei No 13.436/2017 (direito a acompanhamento e orientação à mãe na amamentação) Lei No 13.438/2017 (adoção pelo SUS de protocolo que estabeleça padrões para a avaliação de riscos para o desenvolvimento psíquico das crianças) Lei No 13.440/2017 (pena obrigatória de perda de bens e valores em razão da prática do crime previsto no art.

244-A) Lei No 13.441/2017 (infiltração de agentes de polícia na internet com o fim de investigar crimes contra a dignidade sexual de criança e de adolescente) Lei No 13.509/2017 (instituto da adoção).

[Acesse aqui a versão completa deste livro](#)